

NOVOS TEMPOS

JEAN LUSTOSA*

Na véspera da minha colação de grau do curso de Ciências Econômicas, no final de 1988, com muita alegria, soube que eu havia sido aprovado no concurso da Caixa Econômica Federal - meu futuro estava garantido! Assim acreditava eu e pensavam todos que me parabenizaram pelo grande feito. Eu iria trabalhar numa Empresa Pública Federal!

Já transcorrida uma década, temperada por diversos planos econômicos, pela derrubada de reservas de mercado, pela introdução de novos modelos de gestão, tais como *qualidade total, reengenharia, downsizing, just-in-time*, dentre tantos, o desenvolvimento da indústria da informação, o fim da estabilidade no emprego somados à chegada da tão famosa globalização, o futuro garantido desaparecera.

Desaparecera não num passe de mágica. A profissão de bancário está desaparecendo junto com valores, crenças e paradigmas que as inúmeras mudanças que se processam no mundo moderno se encarregam de enterrar e nós não nos damos conta. Somos verdadeiros míopes quando negamos a existência das mudanças atuais.

Ao invés de resistirmos a tais mudanças, seria menos traumático se ficássemos "anteados" para o que está acontecendo ao nosso redor. Precisamos detectar possibilidades de sobrevivência nas tendências. Só garantiremos nossa permanência, enquanto empregados, se formos necessários às corporações, caso contrário, deixaremos de existir. Isto é a tradução de empregabilidade, termo que vem sendo muito difundido ultimamente. Urge que sejamos cada vez mais capacitados e qualificados, que sejamos empregados generalistas, que nos transformemos em indivíduos multi-mídia. Estes são atributos que garantirão nossa sobrevivência daqui para frente nesse louco mundo competitivo. Será que estamos preparados para esse novo tempo? Se não, não nos desesperemos por completo. Vamos fazer um *benchmarking* da sabedoria japonesa o *kaizen*, melhoria contínua, que afirma que podemos obter excelentes resultados se passamos a fazer uma pequena coisa de cada vez, dia após dia.

JEAN LUSTOSA é economista, empregado da CEF e coordenador do MBA em Marketing/PI

OS OBJETIVOS DA PRIVATIZAÇÃO

CLÉSIO RAMIRO DA SILVA LEITÃO*

Os sucessivos blecautes ocorridos no Rio de Janeiro recentemente, além de revoltarem a população, serviram também para reacender a discussão em torno do Programa de Privatização empreendido pelo Governo. Em certa ocasião a Light chegou a deixar os cariocas sem energia elétrica por nove horas ininterruptas, causando enormes prejuízos às famílias e aos comerciantes. Isto demonstra o total despreparo da empresa para atender a um pico de demanda que era de certa forma previsível, tendo em vista que as drásticas alterações climáticas provocadas pelo fenômeno El Niño no continente são de conhecimento de todos. Não restam dúvidas que, após a privatização, a Light fez consideráveis investimentos em sua rede de distribuição, mas a verdade é que eles não foram suficientes para este verão, não obstante a companhia haja distribuído R\$ 150 milhões em dividendos aos seus acionistas. Para completar, a Aneel - Agência Nacional de Energia Elétrica, aplicou à companhia uma ridícula multa de R\$ 2 milhões e o superintendente da Light, Sérgio Malta, resume-se a dizer que "Não dá para reconstruir um prédio destruído em apenas dezoito meses" - isto depende evidentemente do tamanho do prédio e da competência dos engenheiros.

Fosse este um caso singular, poderíamos dizer que ele nada acrescentaria para o debate, acerca das privatizações, que aqui se pretende estabelecer. Mas na realidade a Light não é a única no rol das ex-estatais que, após privatizadas, obtiveram resultados pouco satisfatórios, o que obviamente não é bom para uma economia que precisa crescer urgentemente. O setor siderúrgico, com a CSN privatizada, após um desempenho razoável no ano de 93, apresentou uma queda de 2,6% na produção de aço bruto no ano posterior, além de figurar entre os setores com menor taxa de rentabilidade no ano de 96, com

apenas 0,6% em relação ao patrimônio líquido. Isto sem falar no inesperado reajuste de preços do ano passado, que deixou muitos clientes furiosos. Poucos anos após a privatização os acionistas da Acesita já pensam em passar o seu controle para o Banco Icatu. Já a Embraer, por sua vez, amargou um prejuízo de R\$ 92,9 milhões no primeiro semestre do ano de 97. Tal prejuízo é 7% superior ao que já houvera sido registrado no mesmo período do ano de 96, revelando um desempenho abaixo do que deveria se esperar de uma empresa de bom nível tecnológico como a Embraer.

Diante de tais constatações não há como deixar de colocar em dúvida a utilidade das privatizações para a economia brasileira como um todo e até questionar se elas vêm sendo executadas com a seriedade

"O objetivo primordial de um Programa de Privatização não deve ser apenas tirar do Estado dívidas e custos operacionais..."

necessária. Antes de privatizar as companhias de eletricidade o Governo deveria primeiramente definir uma política para o setor. O objetivo primordial de um Programa de Privatização não deve ser apenas tirar o Estado de dívidas e custos operacionais, mas, antes de tudo, ele deve servir como instrumento alternativo para a implementação de políticas macroeconômicas de desenvolvimento, sobretudo nos setores de energia elétrica e telecomunicações, tendo em vista que o Estado encontra-se momentaneamente impossibilitado de empreender tais políticas. É de suma importância estabelecer nos contratos metas de investimento e produção, que deverão posteriormente ser cumpridas pelas concessionárias, a fim de que sejam evitados problemas como os que aconteceram no Rio.